

Zero alerta para riscos ambientais de centrais solares

14 de Setembro, 2017

A associação ambientalista Zero alertou esta quarta-feira, dia 13 de setembro, para os possíveis impactos negativos decorrentes da instalação de quatro novas centrais solares fotovoltaicas na região do Alentejo, nomeadamente ao nível dos riscos de erosão, da destruição de habitats e também a afetação de linhas de água.

Em concreto, a Zero alerta para a instalação das centrais de Alcaboucia (Portel), Vale da Cota (Santiago do Cacém), Monte do Outeiro (Vidgueira) e Mourata (Arraiolos), que podem ameaçar a Reserva Ecológica Nacional e podem agravar as emissões de dióxido de carbono se forem colocadas em locais inadequados.

“Os benefícios a obter poderão ser inferiores aos custos ambientais previstos”, realçou a associação em comunicado de imprensa.

As incidências ambientais da instalação das centrais foram avaliadas numa consulta pública que terminou na terça-feira, mas a associação alerta para os possíveis impactos negativos, nomeadamente os elevados riscos de erosão, a destruição de cerca de 135 hectares de sobreiros e azinheiras e a afetação de cabeceiras de linhas de água.

“Os projetos têm custos ambientais não recuperáveis nas próximas décadas, mesmo sem contar com os potenciais efeitos negativos que a instalação pode induzir na biodiversidade local, na afetação do regime hídrico e na facilitação da erosão do solo e também na artificialização de uma paisagem rural”, acrescenta a Zero demonstrando especial atenção às centrais de Alcaboucia e Vale da Cota.

Relativamente aos resultados da avaliação das incidências ambientais, a Zero aponta a ausência de localizações alternativas e a omissão de informações relativas aos valores naturais existentes e a eventuais medidas compensatórias, denunciando também que os impactos da instalação de linhas elétricas para transporte de energia não foram avaliados.

Nos outros dois projetos – Herdades de Mourata e Monte do Outeiro – a Zero admite que estes possam vir a avançar no futuro, “desde que sejam clarificadas as omissões de informação e sejam definidas medidas compensatórias de recuperação de habitats em áreas classificadas”.

No seu conjunto, os projetos previstos ocupam uma área total de cerca de 270 hectares.